



RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.



Goiânia, 01 de julho de 2015.



1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as ações empreendidas e os resultados da atuação da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa no primeiro semestre de 2015.

Ao longo desse período, foram recebidas e processadas denúncias e atendimentos pessoais, além de manifestações através do Programa Cidadão Participativo. Atividades diversas também foram desenvolvidas, como realizações de palestras, seminários, diligências externas, participações em mediação de conflitos, bem como reuniões com a sociedade civil e entidades públicas; sempre com o propósito de democratizar a discussão das propostas e soluções para os temas apresentados.

A Comissão atuou conjuntamente com diversas instituições que desenvolvem trabalhos voltados à tutela de Direitos Humanos, destacando-se a permanente cooperação realizada pelo Ministério Público Estadual e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, através de seus representantes.

Devido ao histórico de trabalho desta Comissão, bem como das demais Instituições que atuam conjuntamente em seus trabalhos, atualmente, os potenciais violadores de direitos humanos, tem ciência que existe uma instituição em Goiás que acolhe, processa e encaminha denúncias e não mede esforços para que haja a devida apuração e punição, independentemente de quem seja o violador, seja ele particular ou agente público de qualquer esfera de governo.

No ano de 2015, a CDH/Alego inaugurou uma nova fase de trabalho sob presidência do deputado Renato de Castro, que assumiu a regência desse expediente de tutela dos direitos humanos no biênio 2015/2017.

Não se esquecendo das conquistas e trabalhos até então desenvolvidos, o atual presidente não mediu esforços nesse primeiro semestre para dar uma visibilidade mais abrangente da responsabilidade legal da CDH/Alego.

A amplitude social do trabalho da Comissão passa também a ser vista no acompanhamento de demandas trazidas de outros segmentos da sociedade tais como, saúde, atendimento a pessoa idosa e portadora de necessidades especiais, educação, dentre outros.

Esse expediente também se fez presente em visitas técnicas feitas pelo presidente da CDH/Alego, em localidades onde se constatou a violação de direitos humanos. Um episódio emblemático, e que até hoje é investigado pelas autoridades diz respeito aos casos de abuso sexual de menores na Comunidade Calunga.

Renato de Castro ao visitar o município cobrou das autoridades competentes medidas para conter o problema e estas já começam a surtir efeito na região.



Na perspectiva de abordar outro tema de grande importância para a população, no dia 26 de junho de 2015, a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, realizou em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT-GO, e as instituições que o compõem, o Seminário “**Ações de Prevenção e Combate à Tortura**”.

A data em apreço remete ao início da vigência da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que se deu em 26 de junho de 1987, e desde então, passou a ser celebrado como o Dia Internacional contra a Tortura.

Na oportunidade foi apresentado o livro “**Direitos Humanos e o enfrentamento da tortura no Brasil**” de autoria do professor Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior, realizando ainda debates em torno da Lei Federal nº 12.847/13, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.



Através do seu presidente, Deputado Estadual Renato de Castro, este expediente de tutela do Direitos Humanos debateu a temática da Tortura com



autoridades no assunto, as quais de forma abalizada puderam contribuir com aprofundamento da discussão.

Por fim, com a apresentação deste relatório, a Comissão reafirma sua disposição em continuar buscando incansavelmente cumprir o propósito de sua existência: a promoção e a defesa dos Direitos Humanos no Estado de Goiás.

2. DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS:

Denúncia nº 1/2015 – Negligência Médica

A Comissão recebeu denúncia de que um recém-nascido teria ido a óbito em decorrência de negligência médica ocorrida em hospital da capital. Para tanto, o denunciante sustenta que recebeu a informação de que o infante não poderia ter sido liberado tão precocemente após seu nascimento.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
02	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que será instaurada sindicância para apuração dos fatos
03	Ministério Público do Estado – GO	

Denúncia nº 2/2015 – Outros

Idosa procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa para denunciar atendimento inadequado à denunciante por parte de órgão estadual, quando intentara registrar episódio de desrespeito do direito à gratuidade no transporte intermunicipal por parte de empresa de ônibus.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
04	Ministério Público do Estado – GO	

Denúncia n° 3/2015 – Outros

Casal de idosos procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa sustentando que foram interpelados em uma ação judicial com pedido de despejo. Ressaltaram ainda que não possuem outra moradia e já estão com idade avançada.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
05	2ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO	
06	Agência Goiana de Habitação	

Denúncia n° 4/2015 – Atuação de agentes estatais

A Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia de que guardas agiram de forma errônea ao abordar uma senhora e sua sobrinha que estavam vendendo água mineral, água de coco, e refrigerante no setor Norte Ferroviário. Na abordagem, foi ordenado que retirassem os produtos a venda do local. Relata a cidadã que, na oportunidade, teria informado aos Guardas que tinha autorização municipal para a venda dos produtos, todavia, alega que os guardas, agrediram a sobrinha da cidadã denunciante. Por fim, relata que os mesmos não entregaram o auto de apreensão das mercadorias.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
08	Guarda Civil	
09	Prefeitura Municipal de Goiânia	Informa que foi instaurado um processo administrativo na Guarda Civil Metropolitana, para que sejam apuradas as arbitriedades cometidas pelos mesmos.
10	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 5/2015 – Negligência Médica

Uma senhora procurou a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa para relatar que encaminhou seu filho de 1 (um) ano e 3(três) meses a um hospital da grande Goiânia, para fazer o tratamento de uma gastroenterite aguda “diarreia” e vomito. Na ocasião, o infante recebeu punção de veia para receber soro. Alega que o procedimento não foi feito de maneira correta, sendo que o soro ao invés de fluir pela veia da criança, escorreu pelo tecido da vítima. A imperícia noticiada causou sérias lesões no braço esquerdo do filho da denunciante, em especial, queimadura química de 3º grau.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
07	Hospital	
11	Ministério Público do Estado de Goiás	Por ordem da Promotora de Justiça Ana Maria Rodrigues da Cunha, Chefe de Gabinete da PGJ-GO, sirvo-me do presente para informá-lo de que o



		expediente em epígrafe, protocolo nº 201500148975, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de 22.04.2015, para conhecimento e providências pertinentes.
12	Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás	
13	Secretaria de Saúde do Estado de Goiás	
14	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que foi instaurado um procedimento administrativo para apuração dos fatos.

Denúncia nº 6/2015 – Negligência médica

Chegou aos conhecimentos da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa que uma senhora levou seu filho a um hospital da grande Goiânia, devido a criança estar com catapora, chegando até o local foi negado atendimento pelo médico, alegando que Hospital estava lotado. A mãe da criança estava com exames e um pedido de encaminhamento, mesmo assim nenhuma providência foi tomada.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
15	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que foi instaurado um procedimento administrativo para apuração dos fatos.



16	Ministério Público do Estado de Goiás	Por ordem da Promotora de Justiça Ana Maria Rodrigues da Cunha, Chefe de Gabinete da PGJ-GO, sirvo-me do presente para informá-lo de que o expediente em epígrafe, protocolo nº 201500148984, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de 22.04.2015, para conhecimento e providências pertinentes.
17	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 7/2015 – Irregularidades em ato administrativo

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
19	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 8/2015 – Omissão estatal

Solucionada através mediação de conflitos.

Denúncia nº 9/2015 – Omissão Estatal

Cidadã procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa e alega que seu filho está cumprindo pena no Sistema Penitenciário e que o local não



oferece condições necessárias para tal; ainda relata que no local há infestações de pragas e percevejos nos leitos onde os internos passam a noite.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
22	Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado - GO	
22	Superintendência Executiva de Administração Penitenciária	
22	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Informamos que a manifestação enviada por Vossa Senhoria via Ofício e Cadastrada no Sistema de Gestão da Ouvidoria Geral do Estado de Goiás, sob o n.2 2815.8688.152533-57, foi enviado ao Superintendente Executivo de Administração Penitenciária da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, através do Ofício 923/2815-0G/SSP.

Denúncia nº 10/2015 – Omissão Estatal

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
23	Secretaria Municipal de Trânsito	

Denúncia nº 11/2015 – Violação de direitos fundamentais

Denúncia encaminhada para a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás para tomar as providencias cabíveis.



Denúncia nº 12/2015 – Maus Tratos

Chegou a conhecimento da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa através contato por telefone que está acontecendo maus tratos contra pessoa idosa em cidade do interior de Goiás.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
26	Superintendência Executiva de Direitos Humanos	
26	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 13/2015 – Omissão estatal

Recebemos na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás, a informação de que uma menor seria aluna de Escola Municipal do interior do estado de Goiás. Nesta ocasião foi notificado que a criança estaria sendo prosseguida pelos responsáveis da própria instituição.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
32	Ministério Público do Estado de Goiás	
33	Conselho Tutelar de Goiás	

Denúncia nº 14/2015 – Maus Tratos

Esteve na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa cidadão relatando que seu filho, cumprindo pena no regime semiaberto, necessita de cuidados médicos (é diabético), porém o Diretor do Estabelecimento alega que não há viatura ou algum agente para acompanhá-lo para atendimento. Denuncia ainda dificuldades no procedimento para se formalizar oferta de trabalho oferecida a seu filho



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
X	Contato telefônico com órgão responsável	Resolvida mediante mediação de conflito



3. ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE DE 2015:

ABRIL	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	20/04 Participação em Audiência Pública realizada pela Câmara Federal, para apurar os abusos sexuais praticados contra as jovens calungas na cidade de Cavalcante.
REUNIÕES	13/04 Realização de reunião através da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa com representantes da Anistia Internacional do Estado de Goiás. 22/04 Exposição da experiência vivida na Audiência Pública realizada pela Câmara Federal, para apurar os abusos sexuais praticados contra as jovens calungas na cidade de Cavalcante, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás para acadêmicos do curso de Bacharelado em Direitos



MAIO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>06/05 Participação em Audiência Pública sobre a redução da maioria penal na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás</p> <p>14/05 Participação em Audiência Pública sobre a redução da maioria penal na Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás</p>

JUNHO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>19/06 Participação em Audiência Pública sobre o fortalecimento da economia solidária</p>
REUNIÕES	<p>19/06 Participação em reunião na Câmara Municipal de Goiânia com membros do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura</p>



DEMAIS AÇÕES	<p>02/06 Participação no Seminário “Juventude Viva”, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O seminário tem por finalidade discutir e definir as ações conjuntas e articuladas de enfrentamento à violência e o extermínio da juventude, e, sobretudo da juventude negra, principal vítima de homicídios nas capitais brasileiras.</p>



DEPUTADOS MEMBROS – 18ª Legislatura

(Decreto Administrativo n. 2.628, de 25 de fevereiro de 2015)

Presidente: Renato de Castro (PT)

Vice-Presidente: Isaura Lemos (PC do B)

Zé Antônio (PTB)

Dr. Antônio (PDT)

Sergio Bravo (PROS)

José Nelto (PMDB)

Francisco Jr. (PSD)

Suplentes: Isso Moreira (PSDB)

Lincoln Tejota (PSD)

Marlúcio Pereira (PDT)

Charles Bento (PRTB)

Jean (PHS)

Paulo César (PMDB)

Luis Cesar Bueno (PT)

Equipe Técnica

Assistente Legislativo: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico

Assistente Legislativo: Mardone Amador V. Júnior

Assistente Legislativo: Sintia Chrystina da Silva

Estagiário: João Gabriel Caetano Freitas

Secretária: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico

Assessora Parlamentar: Jaine Braz Silva